

# Documentário escancara os abusos cometidos na ‘operação greenfield’

28/05/2025

Estreou na última semana, durante o 26º Congresso Nacional da Associação Nacional de Participantes de Fundos de Pensão (Anapar), o documentário “A tese antes da prova: operação greenfield”. Desde segunda-feira (26/5), a obra está disponível no canal da entidade no YouTube.

O filme foi montado a partir de dez depoimentos de críticos da “greenfield”, advogados e pessoas que foram alvo da investigação do Ministério Público sobre supostos desvios em fundos de pensão, bancos públicos e estatais.

Segundo o produtor executivo do documentário e diretor de Administração e Finanças da Anapar, **Antônio Bráulio de Carvalho**, o objetivo da obra é “oferecer uma narrativa que possa contrapor à visão construída pelos meios (*de comunicação*) tradicionais e deixar um registro histórico”.

O documentário é uma produção da Anapar, com apoio da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae) e do Sindicato dos Bancários de Brasília. O roteiro é assinado pela jornalista **Patrícia Cunegundes**, que também narrou o filme.



## Coleção de abusos e derrotas

“A tese antes da prova” mostra como a autointitulada “operação greenfield” — deflagrada pela Polícia Federal em setembro de 2016 para apurar irregularidades nos fundos de pensão Petros (dos funcionários da Petrobras), Previ (dos funcionários do Banco do Brasil), Funcef (dos funcionários da Caixa) e Postalís (dos funcionários dos Correios) —, após quase uma década, não conseguiu provar qualquer crime e vem colecionando derrotas nas ações que propôs.

“Temos quase oito anos e meio da operação e nenhuma prova foi encontrada, nenhuma ação penal foi julgada negativamente. Algumas ações penais começaram a ser julgadas no final de 2024, início de 2025, e em absolutamente todas os resultados são de absolvição”, diz o ex-diretor de Investimento do Funcef **Demosthenes Marques**, um dos entrevistados do filme.

“Nós temos pessoas que foram levemente acusadas, que tiveram suas vidas profissionais destruídas, suas vidas pessoais absolutamente prejudicadas, de forma irresponsável. E agora começa a se mostrar, com essas absolvições, que nada de errado havia sido feito e que esse processo articulado não era um movimento anticorrupção, era um movimento de ataque político.”

## ‘Lava jato do Cerrado’

O nome do filme é uma referência explícita à tese da defesa dos acusados. Em seu relato, a advogada **Mariana Mei** conta que, ao estudar os autos, quando assumiu a defesa dos investigados, chegou à conclusão de que o MP definiu a tese do suposto crime e os alvos da “operação” e só depois começou a investigar.

Ela conta, por exemplo, que precisou solicitar ao juízo encarregado que mandasse o MP apresentar satisfações sobre o depoimento de um delator da “lava jato” que, apesar de requerido por meio de intimação, não foi incluído no processo. Formalmente, o órgão afirmou que o delator não compareceu à oitiva.

“Tempos depois, o advogado desse delator se habilita nos autos. Fala que viu a petição feita pelo nosso escritório e disse que é mentira: quando ele compareceu, o Ministério Público queria que ele fizesse uma delação premiada, que apontasse fatos que afirmassem que houve corrupção na ‘greenfield’ e que ele intermediou essa corrupção específica”, relatou

Mariana.

Segundo a advogada, o patrono do delator apresentou dados de geolocalização da tornozeleira eletrônica de seu cliente provando que eles estiveram na Procuradoria da República no Distrito Federal no dia indicado pelo MP.

O episódio liga diretamente as duas “operações”, que tiveram o mesmo *modus operandi*, e reforça a opinião apresentada no documentário pelo ex-presidente do Funcef **Carlos Alberto Caser**. Para ele, a “greenfield” tentou ser a “lava jato do Cerrado”.

## Circo armado

Derivada da “greenfield”, a “operação circus maximus” foi deflagrada pela PF em 29 de janeiro de 2019 para investigar um suposto esquema de fraudes no Banco de Brasília (BRB). Na ocasião, foram presas 14 pessoas — empresários, diretores e ex-diretores da instituição.

Três dias depois, seis deles foram liberados por falta de motivo para continuarem detidos. Entre eles, estavam **Andréa Lopes** e **Carlos Vinícius Raposo Machado Costa**, que à época da prisão ocupavam os cargos de diretora de Recursos de Terceiros do BRB e presidente da Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) do banco, respectivamente.

À revista eletrônica **Consultor Jurídico**, a representante da **Rede Lawfare Nunca Mais** no filme, **Cleide Martins**, destacou o caso de Andréa.

“Ela foi presa pela PF, demitida e submetida a medidas cautelares abusivas, que a excluíram permanentemente do mercado de trabalho. Apesar de tudo isso, o caso contra ela era tão frágil que ela sequer foi denunciada. Teve a vida destruída e não havia nenhum fato que pudesse ser apontado em uma denúncia.”

Andréa Lopes também participou do documentário. Em seu relato, conta que estava no Rio de Janeiro, a trabalho, no dia em que a PF cumpriu o mandado de busca e apreensão em sua casa, na capital federal.

Por meio de ligação telefônica feita por um empregado, conversou com um dos agentes que participavam da diligência. Ela disse que voltaria para Brasília no dia seguinte e se comprometeu a ir direto à superintendência da PF para prestar depoimento. No entanto, foi algemada logo após a aterrissagem, ainda dentro do avião.

“Depois de uma carreira brilhante que fiz no banco, em 2019, essa carreira de quase 30 anos foi jogada no lixo por uma situação na qual eu não precisaria ter sido envolvida. Bastava me chamar para prestar esclarecimento, como prestei dois anos antes, na Comissão de Valores Mobiliários.”

Também concederam entrevistas para o documentário: Guilherme Lacerda, ex-presidente do Funcef; Newton Cunha, ex-diretor administrativo-financeiro do Petros; Luiz Philippe Torelly, ex-diretor de Participação do Funcef; o advogado Marthius Sávio; e a deputada federal Erika Kokay (PT-DF).

### **Clique [aqui](#) para assistir ao documentário**

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-mai-28/documentario-escancara-os-abusos-cometidos-na-operacao-greenfield/>